

ATA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2024
CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Aos 15 de Outubro de 2024, ocorreu a 8ª reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município de Pindamonhangaba - CONDEMA, estando presentes os Conselheiros e Conselheiras Larissa, Walmir, Maria José, Daniel, Ana Clara, Júlia, Priscila, Regina Midori, Rafael Lamana, Rafael Cavalcanti e Robson.

1. Aprovação de Ata: Ana Clara iniciou a reunião fazendo a leitura da ATA da Reunião de 17 de Setembro de 2024, a qual foi aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes. **2. Repasse de informações de conversa com a Promotora, realizada no dia 27 de setembro de 2024:** estiveram presentes nesta conversa Larissa, Ana Clara, Rafael Lamana e Daniel. Larissa relatou que os Conselheiros presentes se apresentaram enquanto novas lideranças do CONDEMA e compartilharam a formação de grupos de trabalho. Larissa também relatou que a Promotora compartilhou algumas apreensões com temas que ela considera importante acompanhar, sendo eles: a) Plano Diretor: a Promotora entende que é muito importante que, sempre que houver reunião neste tema, que o Conselho garanta representantes e que os Conselheiros reiterem os posicionamentos do Conselho, para evitar ruídos. b) Fundema: dedicar atenção para a elaboração do documento do Fundo. Nesse sentido, Ana Clara mencionou que a última comunicação sobre esse assunto foi uma devolutiva do Jurídico enviando adequações por meio do 1Doc. A partir dessa devolutiva, pode ser dado o devido andamento à elaboração da minuta da lei que estabelece o Fundema, e elaborar o regimento interno para fazer os chamamentos públicos. Walmir sugeriu a criação de Câmara Técnica para questões relacionadas ao Fundema. Larissa lembrou que quanto antes caminhar com esse documento, mais credibilidade teremos com o Ministério Público e mais verba receberemos para a criação de projetos. c) GT Plano de Saneamento Rural: sobre este GT, estão os Conselheiros Walmir e Maria José. Rafael Lamana mencionou que o jurídico está na pendência de publicar a portaria com a composição dos grupos, tanto do Plano de Saneamento Rural quanto o de Mata Atlântica e Cerrado, e que cobrou a Ana Paula no dia de hoje, antes da reunião do Conselho, para que façam a publicação. d) Abrigo de animais: conforme relatado pela Promotora, o que tem na cidade não atende demanda, falta vaga, assim, o que a Promotora pleiteia é um Centro de Zoonose, que o município precisa ter um. Rafael Lamana explicou que esta discussão era da FUNASA e que este órgão não existe mais, e que a atuação do CONDEMA também abrange o bem-estar animal. Uma das coisas que pode ser feita é indicar para a administração para tomar providência, mas não cabe mais pedir para instalar o centro de zoonose. Além disso, ainda existe um viés, pois é um assunto vinculado à saúde pública, porque se trata de zoonose. Como o SUS não prevê verba para a questão de zoonose, muitos municípios remanejaram a área de questão animal da saúde, assim, foi transferida para outras secretarias. Em Pinda, também há a questão de que a defesa animal pode estar na Defesa Civil. **3. Repasse da oficina do Plano de Ação Climática:** Nesta oficina, estiveram presentes as Conselheiras Julia e Ana Clara. Elas relataram que as pessoas presentes foram divididas em quatro grupos: Baixo Carbono Sustentável; Ecossistemas Preservados; Desenvolvimento Social e Inclusão; Adaptável e Resiliente. Júlia ficou no grupo Ecossistemas Preservados e a Ana Clara ficou no grupo Desenvolvimento Social e Inclusão. Júlia relatou três fatores prioritários: na parte de ecossistema, chama atenção para a arborização urbana e jardim de chuva, e para a questão dos incêndios, que é importante ter um plano de ação, um plano de recuperação das áreas degradadas, um plano para restauração, auxílio para os agricultores que sofreram algum tipo de oneração. Também falou sobre a fauna no plano de ação de queimadas e destacou que é importante incluir a fauna nestes planejamentos porque muitos animais morreram nas queimadas, por exemplo, então tem que ter um olhar para a fauna no município de Pindamonhangaba, tanto na questão das queimadas quanto na questão do dia a dia, como javaporcos. Diante

disso, questionou como a gente, como CONDEMA, pode trazer essa questão? Como podemos agir? Julia também mencionou que acredita que a questão da fauna entra no Plano de Ação Climática porque animais também sofrem diretamente as mudanças climáticas, uma vez que a discussão sobre “ecossistema” é sobre “tudo”, não é uma parte, não está relacionado somente ao ser humano, é o que está relacionado ao sistema, então, por exemplo, abelhas são importantes, insetos são importantes, então temos que ter um olhar para esse tipo de discussão. Também disse que, durante a reunião deste grupo, na oficina, indicou que é importante o CONDEMA ter o olhar da questão da compostagem, poda de árvore, já que é uma forma de fixação de carbono, forma de diminuir o aquecimento. Sobre o grupo Desenvolvimento Social e Inclusão, Ana Clara pontuou que uma das discussões que foi realizada é a efetiva participação da população, uma vez que as instituições, como os Conselhos, que foram convidados para participar das reuniões do desenvolvimento do Plano Local de Ação Climática, não estão desenvolvendo essas discussões entre os seus, de modo que o diálogo não está sendo realmente ampliado, está sendo bem limitado e sem grandes contribuições, o que pode afetar a qualidade e a implementação desse tipo de plano, pois, se a população não sabe que existe este tipo de planejamento, que já está sendo elaborado e que não está sendo realmente ouvida, fica difícil colocá-lo em prática. Também disse que já tem estudos, como um elaborado pela OXFAM, que indicam que a implementação de planos que não são apoiados pela população tendem a não terem sucesso. Midori pediu a palavra e reforçou a fala da Julia com relação à fauna e relatou que a comunidade rural não sabe lidar com os animais que aparecem, porque teve uma situação em que um lobo guará machucado apareceu em uma propriedade em que um rapaz cria cabra, e que o rapaz ligou na defesa civil, ligou para a polícia ambiental e um ficou empurrando para o outro. Disse que percebeu que a população não está sabendo lidar com o aparecimento de animais e que, se queremos fortalecer essa questão na pauta climática, temos que fortalecer na questão dos animais também, e questionou como podemos educar essas pessoas, uma vez que o Conselho tem muito de educação ambiental. Também lembrou que temos uma Secretaria de Comunicação, que eles estão para servir todos os Conselhos, então temos que bolar campanhas, uma vez que compete à gente replicar aos nossos pares, produzir mais material de comunicação, informativo, em todas as pautas que a gente abordar. Walmir disse que o que a Midori falou é realmente importante e que é preciso fazê-lo, e que, enquanto Conselheiros, é nosso dever fomentar isso, mas não é nosso dever encabeçar isso, e que podemos arranjar um jeito, na nossa essência, de colocar isso adiante. Midori sugeriu que podemos gerar essas campanhas, como de combate aos focos de incêndio, fazer algo digital ou faixas nas rotas e que, enquanto comunidade rural, é seu papel replicar a campanha entre os seus. Julia retomou a fala e disse que, enquanto CONDEMA, sendo um Conselho, a nossa missão é aconselhar, e que todos os pontos que a gente vê que a Prefeitura não está cumprindo, é o papel do Conselho demonstrar isso, ainda mais que o Conselho é o único espaço que nós, enquanto sociedade Civil, podemos ter algo mais concreto, uma voz mais ativa, mesmo porque a nossa verba é limitada e nossa verba está nesse Fundo. A partir disso, sugeriu que na próxima reunião fosse aprofundado os critérios de como vai ser a gestão do Fundema, e que projetos que pautam a fauna e recuperação de áreas degradadas, são um caminho, é onde podemos ser executores, manejando o Fundo. Em relação ao PLAC, Júlia sugeriu ao Conselho que fiquemos mais próximos. Também disse que ela, com uma visão mais técnica, como gestora ambiental, ficou decepcionada com alguns pontos, como já levantou na reunião anterior; disse que a oficina tem uma tendência a agradar uma gestão e não necessariamente vê todo o problema que é o clima, que viu muitos atos falhos nos pontos e nos questionamentos, e que sentiu resistência no grupo que estava, porque eles focaram na arborização urbana, sendo que não é só isso não vai resolver a questão climática. Por fim, pontuou que o pessoal do ICLEI são boas pessoas, mas tudo depende da nossa participação, do nosso posicionamento e da nossa influência para que saiam boas decisões de lá. A partir das falas compartilhadas, Larissa sugeriu mapear os principais temas que devemos abordar, para além do que a Promotora indicou em reunião, e buscar formas de comunicar, entender de que maneira a gente fala, quem faz essa representação. Também disse que quando a gente for pensar essa lei do Fundema, quando for estruturar essa alteração, tem que ser levado em conta o que está sendo dito nesta reunião também para

entender o potencial de organizações que existem no município, entender o que é mais emergente, o que podemos fazer para mitigar um grande problema climático, como as altas temperaturas, mas, primeiro, temos que saber como desenhar essa lei e tornar ela de fato uma regulamentação vigente. Rafael Cavalcante disse que é importante que o CONDEMA já tenha conhecimento do que está sendo tomado pela Secretaria de Meio Ambiente, que é imprescindível que as ações se somem, como ação em relação ao javaporco, e que podemos fazer uma conversa especificamente sobre isso, que a Secretaria pode apresentar tais ações que já estão em andamento para o Conselho. Ana Clara perguntou se é possível fazer divulgação das atividades do CONDEMA na página de Instagram da Secretaria de Meio Ambiente, se é possível usar a estrutura da Secretaria de Meio Ambiente para ir fortalecendo pouco a pouco e para que as pessoas saibam o que tem sido discutido, ao que foi respondido pelo Rafael Cavalcante que tem que ser consultado com o Secretário de Meio Ambiente se é possível.

4. Informes gerais: Ana Clara informou que na semana anterior a esta reunião, o Coletivo Negro Minervino de Oliveira e o Núcleo de Base Fernando Borges, estiveram com representantes da Secretaria de Meio Ambiente, Maria Eduarda e Alexsander, para entregar um manifesto elaborado pelo Instituto de Defesa de Consumidores, o IDEC, sobre a instalação da usina termelétrica em Caçapava. Como é um empreendimento que vai impactar todo o Vale do Paraíba na questão de meio ambiente, de saúde e de bolso do consumidor, é um tema que é pertinente o CONDEMA se posicionar também. Relatou que, nesta reunião, ficou encaminhado que esses dois coletivos vão elaborar ofícios tanto para a Secretaria quanto para o CONDEMA para demandar um posicionamento e ver o que pode ser feito a nível local, o que quer que seja, seja um encontro para explicar os impactos em Pinda, uma audiência pública, enfim. A partir disso, Rafael Cavalcante sugeriu colocar essa discussão em pauta na próxima reunião, convidar alguém conhecedor do tema e considerou importante que alguém venha esclarecer para a gente tomar uma posição oficial e coerente. Rafael Lamana informou que pediu a inclusão de 170 artigos na elaboração da Política Municipal de Meio Ambiente e que a empresa está fazendo a consolidação das sugestões que foram enviadas pela população. Também informou que estão fazendo a regulamentação dessa lei e elaborando o decreto. Em seguida, Larissa realizou um informe sobre a atuação do Instituto Sabiá no município, disse que as atividades correspondem ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, e que no último ano realizaram uma formação de multiplicadores e atividades de educação ambiental direcionada a esse Plano, visando o trabalho em rede. A partir disso, comunicou que nos dias 21, 22 e 23 de novembro, vão realizar o primeiro festival desse programa, o Mov. Ocupa. Vai ter oficinas temáticas, exposição, eco-feira, brincadeira para a criançada, alguns grupos apresentando tecnologias de gerenciamento de resíduos; também estarão presentes IA3, Casa Verde, Secretarias Municipal de Saúde e de Meio Ambiente. Destacou que esta é a primeira ação pelo clima que acontece na capital da reciclagem e convidou a todos para pensarem em formas de participação. Também informou que no primeiro dia do festival vai ter a presença da Marina Helou, autora da lei que regulamenta a gestão de resíduos em eventos públicos e privados, ela vai estar presente na mesa de diálogo, e mencionou que um dos pontos que surgiu, ao longo da organização deste evento, é que seria muito interessante sair desse festival com um compromisso, uma vez que considera fundamental criar um elo entre o que está em desenvolvimento e o que a gente prevê nessa prospecção para que, até 2030, Pinda esteja responsável pelo gerenciamento de resíduos, já que a gente precisa dessa responsabilidade cidadã. Por fim, Rafael Lamana informou que a empresa Risco quer apresentar o produto 2 do Plano de Mata Atlântica e Cerrado para o CONDEMA e sugeriu que seja na próxima reunião, o que foi acatado.



Rafael Lamana
Vice-presidente

Larissa Néri
Presidente

